

**MICHELLE TRINDADE**

**EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA: UM  
GUIA ESPECIALIZADO**

Trabalho de conclusão da disciplina Pesquisa em Informação II, Curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Célia Maria dos S. Santiago  
Co-Orientação: Dr<sup>a</sup> Leilah S. Bufrem

**CURITIBA  
2001**

T 833 Trindade, Michelle  
Educação para portadores de deficiência auditiva: um guia especializado/ Michelle Trindade. – Curitiba, 2001.  
97 p. : il.

Digitado

Trabalho de conclusão da disciplina Pesquisa em Informação II,  
Curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – Surdos - Guia especializado. 2. Surdos - Educação I. Título.

CDD 371.912.025.81  
CDU 376.33 (81) (036)

A Deus, Trino  
A minha mãe, o amor  
A meu pai, o carinho  
As Prof.<sup>a</sup> Célia, Leilah e Edmeire, a formação

*Ora, apresentaram-lhe um surdo-mudo, rogando-lhe que lhe impusesse a mão. Jesus tomou-o à parte dentre o povo, pôs-lhe os dedos nos ouvidos e tocou-lhe a língua com saliva. E levantou os olhos ao céu, deu um suspiro e disse-lhe: “Êfeta”, que quer dizer “abre-te”. No mesmo instante os ouvidos se lhe abriram, a prisão da língua se lhe desfez e ele falava perfeitamente. Proibiu-lhes que o dissessem a alguém. Mas quanto mais lhe proibia, tanto mais o publicavam. E tanto mais se admiravam, dizendo: “Ele fez bem todas as coisas. Fez ouvir os surdos e falar os mudos!”*

Mc 7,32-37

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	vi
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	vii
<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	2
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	2
3.1 EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES AUDITIVAS .....	3
3.1.1 Deficiência Auditiva .....	6
3.1.2 O portador de Necessidades Auditivas .....	10
3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO .....	12
3.3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS .....	15
3.3.1 Resumos .....	16
3.4 BASE DE DADOS .....	17
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	17
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	22
<b>6 GLOSSÁRIO</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	26
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS</b> .....	28
<b>APÊNDICE 1 – RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES AUDITIVAS NA REGIÃO DE CURTITIBA EM 2002</b> .....	29
<b>APÊNDICE 2 – PADRÃO PARA ENTRADA DE DADOS NA BASE OBRAS</b> .....	32
<b>APÊNDICE 3 – PESQUISA NA BASE DE DADOS OBRAS</b> .....	39
<b>APÊNDICE 4 – PLANILHA DE ENTRADA DE DADOS NA BASE OBRAS</b> .....	45
<b>APÊNDICE 5 – GUIA DE FONTES SOBRE EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES AUDITIVAS</b> .....	46
<b>ANEXO 1 – LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> .....	54

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	-CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA AUDITIVA.....	9
QUADRO 2	-CLASSIFICAÇÃO DAS PERDAS AUDITIVAS: PARA CRIANÇAS...9	
FIGURA 1	-ABRINDO A BASE DE DADOS.....	34
FIGURA 2	-INICIANDO A BUSCA.....	35
FIGURA 3	-PROCESSO DE BUSCA.....	36
FIGURA 4	-DIGITAÇÃO DO TERMO.....	37
FIGURA 5	-ESCOLHA DO ASSUNTO.....	38
FIGURA 6	-RESUTADO DA BUSCA.....	39

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	-Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPP	-Biblioteca Pública do Paraná
BRASED	-Thesaurus Brasileiro de Educação
COR	-Condicionamento do Reflexo Orientado
IBICT	-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INES	-Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	-Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional
LIBRAS	-Língua Brasileira de Sinais
MEC	-Ministério da Educação
PUC-Pr	-Pontifícia Universidade Católica do Paraná
UFPR	-Universidade Federal do Paraná
UNESCO	-Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICENP	-Centro Universitário Positivo
USP	-Universidade de São Paulo
UTP	-Universidade Tuiuti do Paraná

## RESUMO

Aborda o processo de elaboração de um guia de referência sobre educação para portadores de deficiência auditiva, baseado na metodologia para *Geração de Guias de Fontes de Informação*, cujas orientações prevêm: planejamento, identificação, levantamento, coleta de informações, automação e índice. Essa metodologia é uma diretriz para a elaboração de guias de fontes de informação, buscando a padronização e organização de bases de dados referenciais e cadastrais em áreas específicas com a finalidade de recuperar em um só instrumento obras publicadas no Brasil sobre o tema e disponíveis em livrarias e bibliotecas universitárias e na Biblioteca Pública do Paraná. O software escolhido para a automação das informações foi o CDS/ISIS for Windows e com isso espera-se que este guia seja um valioso instrumento para os sistemas de informação. Pois, além de facilitar o desenvolvimento de inúmeras atividades de pesquisadores, ajude a formar um panorama geral da produção bibliográfica na área de educação para portadores de deficiência auditiva. O resultado da pesquisa valida a justificativa, sendo o número de obras sobre o tema crescente em relação aos últimos cinco anos.



## 1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho aborda-se os aspectos de organização de trabalhos técnico-científicos e a elaboração de um guia de produção bibliográfica nacional existente na área de Educação para portadores de deficiência auditiva. Trata-se de uma pesquisa aplicada que apresenta um produto, informatizado, visando a rápida identificação e recuperação das publicações que, nesse campo, são crescentes e, cada vez mais, profissionais da Educação estão se interessando pelo tema e aumentado, conseqüentemente, as pesquisas científicas do setor.

Essas pesquisas científicas são realizadas a partir de métodos devidamente comprovados na busca de novos conhecimentos se caracterizando, assim, como atividade intencional visando responder às necessidades humanas, ou seja, buscando solucionar problemas do dia-a-dia das pessoas. Qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica para se ter conhecimento do estágio em que se encontra o assunto (PARRA FILHO, 1998, p.95-118).

Para a identificação de trabalhos existentes sobre um tema desejado, o pesquisador poderá recorrer a lista de documentos bibliográficos que apresentam informações sobre o assunto. No entanto, a falta de instrumentos dessa natureza à pesquisa na área de Educação para portadores de deficiência auditiva, leva a pesquisadora deste trabalho às seguintes indagações: Onde encontrar documentos relevantes? Quantas publicações já foram editadas no Brasil e onde estão localizadas em Curitiba? Quem são seus autores? Quais são seus títulos? Como solucionar as dificuldades quanto à escassez e desatualização de fontes como os guias bibliográficos?

A idéia da elaboração de um guia bibliográfico que pudesse contribuir para a comunidade portadora de deficiência auditiva, pesquisadores e educadores da área surgiu a partir do curso de linguagens de sinais do qual a pesquisadora deste trabalho participou. Como todo curso de extensão inclui tarefas como forma de avaliação, neste foi preciso

apresentar uma resenha sobre *educação de portadores de deficiência auditiva*. No entanto, parte significativa da bibliografia recomendada para resumo não foi encontrada nas bibliotecas indicadas, apesar de se saber que a produção bibliográfica na área é crescente.

A importância da pesquisa para o conhecimento, como modo de aperfeiçoamento e ampliação do processo de aprendizagem, é indiscutível. No 9º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em Curitiba (1996), foi lançada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, a metodologia para *Geração de Guias de Fontes de Informação*, (LOBO, 1992, p.75-81) cujas orientações prevêm: planejamento, identificação, levantamento, coleta de informações, automação e índice. Essa metodologia é uma diretriz para a elaboração de guias de fontes de informação, buscando a padronização e organização de bases de dados referenciais e cadastrais em áreas específicas.

## **2 OBJETIVOS**

Constitui objetivo geral do presente trabalho elaborar um guia de literatura publicada no Brasil sobre educação para pessoas portadoras de necessidades auditivas, existentes em Curitiba. E os objetivos específicos, são:

- a) identificar e relacionar, por meio de consultas a bibliotecas especializadas em Curitiba os títulos sobre o tema;
- b) analisar as obras levantadas para a elaboração de resumos indicativos;
- c) cadastrar em base de dados as informações coletadas e elaboradas.

## **3 REVISÃO DE LITERATURA**

Para melhor compreender um guia sobre educação para portadores de necessidades especiais é necessário registrar não só os conceitos de autores relativos à área

especializada, como também para portadores de deficiência auditiva, linguagens documentárias, fontes de informação e sobre base de dados, a fim de analisar suas posições quanto aos significados, de modo a incentivar a pesquisa para completar, como um ciclo, o da informação que deve ser alimentado continuamente.

### 3.1 EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES AUDITIVAS

A educação é um meio pelo qual o homem desenvolve potencialidades “biopsíquicas inatas” (BRANDÃO, 1980, p.7-26), por meio de transmissão de conhecimento da prática social existente na cultura e, de acordo com a necessidade e exigências de sua sociedade. A educação participa do processo de produção de crenças e idéias de qualificações e especialidades que envolvam as trocas de símbolos, bens e poderes, que em conjunto constroem tipos diversos de sociedades. O processo educativo do homem que existe por toda parte, “é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes” (BRANDÃO, 1980, p.47). Sua missão é aperfeiçoar o homem e a escola é apenas um lugar onde isto pode acontecer.

A partir da definição de educação e, analisando o art. 205 da *Constituição da República Federativa do Brasil* (BRASIL, 2002, p.123), conclui-se que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o total desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o aprendizado da cidadania e sua qualificação para o trabalho é intercedido por PIAGET (1974, 89p.), que discursa sobre a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, onde, no art. 26, consta que todos têm direito à educação e esta deve ser gratuita, pelo menos no ensino elementar e fundamental, visando o desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos dos homens e pelas liberdades fundamentais.

No que diz respeito à educação especial tem-se o art. 208, inciso III da *Constituição da República Federativa do Brasil* (BRASIL, 2002, p.124), onde consta que é dever do estado prestar atendimento especializado aos portadores de deficiência,

preferencialmente, na rede regular de ensino. O capítulo V do título V da Lei de Diretrizes e Bases - LDB trata da educação especial e entende-se como a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede pública de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. A partir do final do século XX, com o desenvolvimento ético e científico da humanidade teve-se um significativo número de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência requerendo uma política de inclusão nas escolas, a qual implica na aceitação do direito de educação a todos. Visando a democratização da educação, essa política proporciona o acesso à permanência na escola, que provoca ao sistema educacional lidar com as questões das desigualdades sociais.

Quanto aos recursos do sistema educacional, a LDB garante no art. 59 currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender as necessidades; professores especializados com nível superior ou meio de capacitação de integração desses educandos nas classes comuns. Já no art. 60, é garantido o apoio técnico e financeiro do poder público às instituições privadas especializadas sem fins lucrativos voltadas somente para a educação especial.

A educação de portadores de deficiência auditiva, segundo SOARES (1999, p.39-68), teve sua expansão iniciada no séc. XVI, pois, até então, os surdos eram considerados ineducáveis. Pedro Ponce de Leon foi considerado o primeiro professor de surdos, em 1541, na Espanha. O primeiro manual sobre educação para surdos, foi do também espanhol Juan Carlos Bonet, intitulado *Redução das letras e a arte de ensinar a falar os mudos*, editado no ano de 1619. A partir de Charles de L'Epée, francês que ensinava conceitos religiosos a esses indivíduos, foi fundado em 1755, o *Instituto de Surdos-mudos*, sendo a primeira instituição para surdos na França, a utilizar a linguagem de sinais (sistema convencional de símbolos ou gestos feitos com as mãos).

Em 1817, o americano Gallaudet, acompanhado de Clec, surdo francês, fundou a Casa Americana para Educação e Instrução de surdos-mudos, atualmente Universidade de Gallaudet, em Washington (GALLAUDET UNIVERSITY, 2002, f.1).

Surgiram, a partir dessa iniciativa, várias escolas especiais para surdos. Em 1880, alguns pesquisadores e pedagogos dividiram-se em duas correntes: os Gestualistas e os Oralistas. A divergência causou polêmica e discussão durante o *Segundo Congresso Internacional sobre Instrução de Surdos*, ocorrido em Milão, quando se definiu o oralismo para o ensino e aprendizagem de portadores de deficiência auditiva. Gallaudet, que utilizava os *Sinais Metódicos* de L'Epée, não aderiu à nova idéia. Os adeptos do oralismo proibiram o uso da língua de sinais, causando um grande declínio e insatisfação no processo educacional da comunidade surda. Nas últimas décadas, a crítica ao Oralismo vem sendo evidenciada pelos resultados nada produtivos quanto à escolarização e à capacitação de comunicação. Os docentes da área passaram a usar outras tendências como: linguagens de sinais, comunicação total e o bilingüismo, (CICCONE, 1990, p.1-9).

Com a evolução dos tempos e vários estudos sobre linguagem para deficientes auditivos, sabemos hoje que “a língua de sinais é a língua natural dos surdos” (QUADROS, 1997, p. 27). Entretanto, na atualidade, permanece a discussão entre esta e o bilingüismo, pois não se sabe qual delas atende, por completo, às necessidades educacionais dos portadores de deficiência auditiva de modo mais efetivo.

No Brasil, são utilizadas duas línguas espaciais-visuais (língua de sinais), a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e a LSKB. Esta última teve origem na tribo dos índios Urubu-Kaapor, no sul do Maranhão e ainda é utilizada pelos nativos surdos. A primeira escola brasileira para surdos foi o Instituto de Surdos-mudos, fundado por D. Pedro II em 1856, atualmente Instituto Nacional de Educação para Surdos - INES. Em Curitiba, temos várias escolas que atuam como centros de capacitação e educação para deficientes auditivos, mas de número insuficiente para suprir as necessidades educacionais da população portadora de deficiência auditiva (APÊNDICE 1).

Quanto aos métodos de aprendizagem da comunicação utilizados por educadores e profissionais da área, podem ser adotados:

- a) o oralismo (método áudio-verbal, unissensorial ou multissensorial, método

- oral/aural);
- b) a comunicação total (bimodal);
- c) o bilingüismo.

Quando se aplica o oralismo, o educando tem acesso à língua portuguesa, em sua modalidade oral, com ênfase na estimulação auditiva, para que possa alcançar nível possível de desempenho da língua falada. Já na filosofia da comunicação total, o educando tem acesso à língua de sinais (LIBRAS) e simultaneamente à língua portuguesa, bem como o alfabeto digital e a outras formas de expressão. Quando se aplica o bilingüismo, o educando é exposto à língua de sinais em momentos diferentes daqueles da língua portuguesa.

### 3.1.1 Deficiência Auditiva

Analisando a obra de CORRÊA (2001, p.7-74,141-182), pode-se observar como funciona o ouvido, diagnosticar a *perda* auditiva, prevenir e quais os tratamentos adequados. Assim, entende-se que o ouvido capta variações do ar (sons) e as transforma em impulsos nervosos que o cérebro *ouve*. O ouvido externo é composto pelo pavilhão e pelo canal auditivo que é coberto de pêlos e cera, que ajudam a mantê-lo limpo. O canal auditivo leva o som a uma membrana circular e flexível, chamada tímpano, que vibra ao receber ondas sonoras. Esta, por sua vez, faz vibrar, no ouvido médio, três ossículos, que ampliam e intensificam as vibrações, conduzindo-as ao ouvido interno. Já o ouvido interno é formado por um complexo sistema de canais contendo líquido aquoso. As vibrações do ouvido médio fazem com que esse líquido se mova e as extremidades dos nervos sensitivos convertem esse movimento em sinais elétricos, que são enviados ao cérebro, através do nervo da audição (nervo auditivo), que se identifica como som.

O som é produzido quando alguma coisa faz o ar se mover. Esse movimento chama-se vibração. Quando as moléculas de ar vibram, batem umas nas outras, fazendo com que as vibrações se espalhem pelo ar sob a forma de ondas, produzindo o som. Essas

ondas são invisíveis, mas é possível provar sua existência, colocando-se um diapasão na água. As ondas sonoras fazem a água movimentar-se e respingar (vendo o som).

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado portador de deficiência o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum e, parcialmente portador de deficiência, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Pelo menos uma, em mil crianças, nasce profundamente surda. Muitas pessoas desenvolvem problemas auditivos ao longo da vida, por causa de acidentes ou doenças. Existem dois tipos principais de problemas auditivos: o primeiro afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas *condutivas*, normalmente tratáveis e curáveis; o segundo, envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo, sendo denominado surdez neurossensorial.

A deficiência auditiva pode ser classificada como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio (neste caso, o prognóstico costuma ser excelente); mista, quando o problema se localiza no ouvido médio e interno, e sensorineural (neurossensorial), quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo. Esse último tipo de surdez, em geral, é irreversível. A surdez condutiva faz perder o volume sonoro e assemelha-se ao ato de tentar entender alguém que fala muito baixo ou está longe. Já a surdez neurossensorial, corta o volume sonoro e também distorce os sons. Essa interpretação descoordenada de sons é um sistema típico de doenças do ouvido interno.

A deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida e suas principais causas são: hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose) e ingestão de medicamentos otóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. A adquirida ocorre quando existe uma predisposição genética (otosclerose), ou ocorre meningite, ingestão de remédios otóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e, ainda, viroses, por exemplo. Ao se pensar em surdez e nas

suas limitações que lhe são associadas, é natural que se procure conhecer as causas que as provocam e os meios de evitá-las.

Durante muito tempo, e mesmo na atualidade, a deficiência auditiva tem sido confundida com deficiência mental. Hoje, com as novas descobertas e avanços científicos, sabemos que são várias e diferenciadas as etiologias (causas) que originam a surdez. Um dos exames para detecção da surdez é através de um aparelho chamado otoscópio. Com ele, o médico verifica se há obstrução no canal auditivo ou se há perfuração na superfície do tímpano, inchaço ou deformação. Outro exame é a audiometria que é baseada na técnica de Condicionamento do Reflexo de Orientação (COR), cujo objetivo é reforçar qualquer resposta apresentada pelo indivíduo: cessar sua atividade procura e/ou localizar a fonte sonora, piscar os olhos e sorrir. A autora alerta que o exame aplicado dependerá da faixa etária.

Os resultados desses testes são marcados num gráfico, o audiograma, que mostra a frequência e a intensidade (volume) dos sons que a pessoa consegue ouvir. Para entender um audiograma é preciso compreender as qualidades do som, abaixo arroladas:

- a) decibéis (dB): é a intensidade ou volume dos sons e é medida em unidades. Sessenta dB é a intensidade do som de uma conversa, e 120 dB a de um avião a jato. Se a pessoa perder 25 dB de volume, poderá ter problemas de audição. A perda de 95 dB pode ensurdecer totalmente uma pessoa.

A competência auditiva é classificada como: normal, perda leve, moderada, severa e profunda (QUADROS 1 e 2).



QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA AUDITIVA

QUALIDADE DO SOM	DECIBÉIS	TIPO DE RUÍDO
Muito Baixo	0-20	Farfalhar das folhas
Baixo	20-40	Conversação silenciosa
Moderado	40-60	Conversação Normal
Alto	60-80	Ruído médio da fábrica ou trânsito
Muito Alto	80-100	Ruído de Caminhão
Ensurdecedor	100-120	Ruído de discoteca

Fonte: adaptado de: CORRÊA, J. M. **Surdez e os fatores que compõem o método áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 64.

QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DAS PERDAS AUDITIVAS: PARA CRIANÇAS

GRAU DE DEFICIÊNCIA	PERDA EM DB
Normal	0-15
Leve	16-40
Moderada	41-55
Moderada Severa	56-70
Severa	71-90
Profunda	+ de 90

Fonte: adaptado de: CORRÊA, J. M. **Surdez e os fatores que compõem o método áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva**. São Paulo: Atheneu, 2001.p. 65.

b) hertz (hz): é a unidade que determina o comprimento da onda sonora e envolve a frequência do som, ou seja, a capacidade de perceber sons graves e agudos. Assim, a audição normal é aquela que se situa entre 0 a 20 dB e entre 250 a 4.000 hertz. Para determinar perda em um teste audiométrico geralmente são usadas as frequências 500, 1.000, 2.000 hz e 4.000 hz.

Os aparelhos de surdez servem para captar e ampliar sons, mas não o suficiente para permitir a compreensão da fala pelos portadores de deficiência auditiva profunda. Os aparelhos usados atrás da orelha (retroauricular ou pós-auricular) e os usados no corpo (aparelho de caixa) têm, atualmente, a mesma capacidade de ampliar os sons.

Um dos problemas desses aparelhos é a necessidade de trocas frequentes de

pilhas, em alguns casos até duas vezes por semana. As pilhas dos antigos aparelhos eram grandes e pesadas. Já os mais modernos utilizam baterias bem menores. Algumas unidades miniaturas do tamanho de um botão se encaixam perfeitamente atrás da orelha. Dentro da orelha e do canal auditivo externo fica o molde, geralmente feito de acrílico ou silicone macio, que leva os sons vindos do aparelho até a membrana timpânica.

### 3.1.2 O Portador de Necessidades Auditivas

Ao tomar conhecimento da deficiência do filho, a família se desorganiza emocionalmente, como acorda a autora CORRÊA, (2001, p. 7-74). A decepção, o sentimento de culpa e o desespero impossibilitam a aceitação da deficiência como um fato. É o momento de ter o apoio de um psicólogo e de um serviço de assistência social.

A falta de conhecimento a respeito da extensão do problema gera estresse e ansiedade, deixando os pais inseguros diante de um futuro imprevisível, necessitando aprender a replanejar sua vida, bem como a traçar objetivos e buscar os meios de alcançá-los. Mesmo aqueles pais que reagem bem ao diagnóstico, podem passar por momentos de desânimo, tristeza e dificuldades.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos pais ao certificarem-se da surdez real de um filho talvez seja a perspectiva da necessidade de ter de aceitar a nova realidade (para a qual não estavam preparados) e o fato de que o filho não escuta as palavras a ele dirigidas. Aceitar não quer, necessariamente, dizer deixar de sofrer. Aceitar é buscar a força interior que os impulsionará na luta pela conquista da integração de seu filho ao meio. Mas para isso, precisam de orientação. Apoiar os pais psicologicamente, e orientá-los é indispensável, considerando que o sucesso no processo de desenvolvimento das capacidades da criança portadora de deficiência auditiva, principalmente nos primeiros anos de vida, depende da sua participação real e ativa.

Uma das maiores angústias vividas pelos pais de crianças portadoras de deficiência auditiva é o encaminhamento de sua escolaridade. A rigor, desconhecem seus

direitos e não possuem, portanto, argumentos quando uma porta escolar lhes é fechada. A legislação é bastante clara ao afirmar que toda criança tem direito à escola, mesmo as que possuem necessidades educativas especiais, como é o caso dos portadores de deficiência auditiva. Muitas são as histórias de pais que escondem seus filhos em casa, por vergonha ou desespero; muitos desconhecem as instituições especializadas ou não, públicas e particulares que podem atender as crianças especiais. Cabe aos governantes a responsabilidade de divulgar as ofertas educativas existentes, facilitando aos pais a busca de serviços especializados (SOARES, 1999, p.39-55).

Nos grandes centros urbanos, tais serviços são mais numerosos e heterogêneos, além de serem encontrados em suas diversas modalidades de atendimento: escolas especiais, classes especiais e a inclusão nas classes regulares, com acompanhamento especializado em salas de recursos.

Portanto, a possibilidade de escolha, por parte dos pais, é muito maior nos grandes centros. Essa escolha deverá refletir o tipo de visão que a família tem da diferença de sua criança e do encaminhamento a ser dado.

Nas escolas especiais, ela tem a possibilidade de conviver com pessoas com as mesmas questões; nas escolas comuns ela estará inserida junto a crianças diferentes. São fundamentais, em ambos os casos, o envolvimento familiar. Seja qual for a escolha, a família deverá estar atuando na base de sustentação de sua escolaridade e sociabilidade. Nas cidades de menor centralização demográfica, a tendência é não haver classes especiais por falta de demanda, e tampouco, escolas especiais. O que ocorre é a educação no ensino regular, com acompanhamento em sala de recursos, no turno inverso da escolaridade comum. Nestes casos, o envolvimento da comunidade escolar é precioso para o sucesso do trabalho a ser realizado. Em qualquer situação escolar, a criança portadora de deficiência auditiva deve sentir-se aceita e seu cotidiano deve ser facilitado por todos os que, direta ou indiretamente, convivem com ela, pois a integração depende, dentre outros fatores, de uma comunidade que esteja preparada para conviver com aqueles que são diferentes. Trata-se

de um processo baseado no princípio da *normalização*, que significa oferecer aos portadores de necessidades especiais modos e condições de vida diária, o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade.

### 3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

A pesquisa sobre um determinado problema depende das fontes de informação sobre o assunto a ser pesquisado. As informações podem ter muitas procedências e a utilização adequada dessas fontes auxilia o pesquisador na demarcação do seu projeto, orientando-o em sua fundamentação e ajudando-o a refletir sobre o mesmo. Existem vários tipos de fontes, mas a fonte estudada neste trabalho é a bibliográfica, por possuir a finalidade e função específica, além de facilitar a seleção da fonte apropriada para cada pesquisa.

Os instrumentos bibliográficos, segundo GUINCHAT e MENOUE (1994, p.5-83), são obras de referência, ou seja, fontes secundárias que podem tratar tanto de assuntos específicos como de vários temas, permitindo ao usuário conhecer a produção documental para, então, proceder à recuperação e localização.

O crescimento exponencial de informações produzidas por professores e cientistas nas diversas áreas do conhecimento, conforme CALDEIRA, torna o instrumento bibliográfico útil, não somente para pesquisadores e profissionais da área, mas também para aqueles especialistas no fornecimento da informação. Ainda segundo o autor, os instrumentos bibliográficos destinam-se a uma determinada área do conhecimento e as principais instituições de ensino e bibliotecas da área. Estes instrumentos propiciam a facilidade nas pesquisas com embasamento bibliográfico e a concretização do conhecimento, bem como a recuperação de informações sobre uma determinada área (2000, p. 263-274). Contudo, existem as fontes secundárias que facilitam o conhecimento e o uso das informações dispersas. As publicações englobadas nesta categoria conforme GUINCHAT, C. e MENOUE, M. (1994, p. 5-83), normalmente designadas como “obras de

referência”, são:

- a) bibliografias especializadas: obras básicas para pesquisas bibliográficas em assuntos específicos. Arrolam livros, artigos de periódicos, teses e outros tipos de publicações;
- b) catálogos: descrevem as obras que fazem parte do acervo de uma ou mais bibliotecas. São instrumentos importantes para as pesquisas quando relacionam coleções significativas;
- c) dicionários: relacionam e definem os termos próprios de um assunto específico, apresentando-se em ordem alfabética dos vocábulos;
- d) enciclopédias: síntese dos conhecimentos que constituem um ramo determinado do saber. Possuem arranjo alfabético e sistemático;
- e) índices: são importantes instrumentos bibliográficos. Permitem o controle da informação contida nos diversos tipos de publicação. podem ser correntes ou acumulados, individuais ou comuns a várias publicações. Dividem-se em: gerais ou especializados. Quanto ao tipo, podem ser de citação e sumário de periódicos, entre outros;
- f) resumos: apresentam ao pesquisador, de maneira condensada, os textos de trabalhos que contêm informações relativas ao seu campo de interesse. Este tipo de fonte de informação será estudado no próximo capítulo;
- g) guias de fontes de informação: fontes que sistematizam e apresentam, de maneira global, a literatura de um assunto. Visam a ampliação dos conhecimentos do estudioso, dando informações sobre as obras de um determinado assunto. LOBO (1992; p.75) coloca que os guias de fontes de informação são obras de referência contendo informações sobre instituições, produtos, publicações e serviços de uma determinada área utilizados como instrumentos fundamentais para a recuperação das informações.

Os guias têm como objetivos simplificar a busca e fornecer comentários a

respeito das obras incluídas, ou seja, incluir informações que ultrapassam uma listagem de obras, tratando do conjunto de fontes que compõe a produção bibliográfica de determinada área, dos serviços de indexação, resumos e base de dados, além de indicadores institucionais.

O IBICT lançou no Brasil, a partir da década de 80, uma série de guias de fontes literárias, com a preocupação de controlar a bibliografia existente. Elaborou-se, então, uma base de dados e publicaram-se as fontes de informação para facilitar o trabalho dos pesquisadores e estudiosos de uma determinada área. Como motivos que levou a elaboração dos guias de fontes pelo IBICT pode-se destacar o aumento do volume de informação gerada, as coleções existentes nas diversas instituições, compartilhamento de acervos, controle bibliográfico e localização para a obtenção dos documentos (CALDEIRA, 2000, p. 263-275).

Com isso, o IBICT desenvolveu uma metodologia para elaboração de guia de fontes de informação, colocando essas publicações como instrumentos de pesquisa importantes para apoiar o trabalho dos profissionais de uma determinada área, a fim de facilitar a identificação de fontes básicas para a recuperação da informação (LOBO, 1992, p.75-81). Os guias reúnem informações sobre instituições, laboratórios, escolas técnicas, entidades associativas, unidades de informação, base de dados, eventos, manuais, dicionários e publicações periódicas. Destina-se à melhoria da qualidade dos serviços de informação.

Como resultados da iniciativa do IBICT, foram elaborados os seguintes guias (BOERES, 2002, f. 1): Guia de informação: design, o primeiro da série; Guia de fontes de informação sobre CAD/CAM/CAE: computador na produção e desenvolvimento de produtos, publicado no ano de 1992; Guia de fontes de informação sobre mármore e granito, 1992; Guia de fontes de informação sobre frutos tropicais: processamento, 1992; Guia de fontes de informação sobre energia para o setor industrial, 1992; Guia de fontes de informação sobre gemas, jóias, bijuterias e afins, 1993; Guia de fontes de informação sobre

gestão e tecnologia da qualidade, 1993; Guia de fontes de informação sobre informática, 1992; Guia de fontes de informação sobre eletroeletrônica, 1993; Guia de fontes de informação em química e engenharia química no Brasil, 1995; Guia de fontes de informação em tecnologias apropriadas, o décimo sexto da série, publicado em 1995. A autora completa informando que o projeto que sustentava a publicação dos guias de fontes de informação está inativo.

### 3.3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Baseado nos conceitos de LANCASTER (1993, p.1-19), pode-se concluir que linguagens documentárias são constituídas para a indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistema de símbolos, destinados a traduzir os conteúdos dos documentos. Já as linguagens naturais englobam qualquer tipo de fenômeno lingüístico que usamos para nos comunicar, mas suas características dificultam a utilização para o tratamento da informação. As linguagens documentárias são derivadas das linguagens naturais, daí a necessidade de vocabulários padronizados que as organizem; são os instrumentos de padronização.

Para o autor, as linguagens documentárias devem integrar três elementos básicos: um léxico (lista de descritores filtrados e refinados), uma rede pragmática para traduzir relações essenciais entre os descritores e uma sintagmática que expressa as relações ocasionais entre os descritores. À operação de tradução de documentos em linguagem natural para uma linguagem documentária denominamos indexação. As linguagens documentárias mais conhecidas são o thesaurus e os sistemas de classificação documentária.

### 3.3.1 Resumos

Na definição de GUINCHAT e MENOU (1994, p.191), o resumo é uma operação que permite diminuir, sensivelmente, o volume de informação primária e destacar aspectos que interessam ao usuário. A utilização dos resumos tem por objetivo a difusão e seleção da informação pelo usuário. Já LANCASTER (1993, p. 9-19) complementa dizendo que a sua finalidade é proporcionar acesso a uma publicação para sua recuperação.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, os resumos podem ser: 1) indicativos, que explicam (descrevem) sumariamente o documento, indicando seus pontos principais; 2) informativos, que descrevem o documento de forma completa e apresentam as principais conclusões do autor, sintetizando a substância do documento e incluindo seus resultados; 3) resumo crítico, no qual o autor apresenta as conclusões pessoais, avaliativos, exprime opiniões sobre a qualidade do trabalho do autor, uma análise interpretativa; 4) indicativo/informativo, é a combinação do informativo com o indicativo, ou seja, apresenta os pontos principais do texto expondo suas finalidades, metodologia, resultados e conclusões, (ABNT, 1990, p.1).

O resumo ajuda ao leitor decidir se um determinado item apresenta ou não a possibilidade de satisfazer seu interesse. São úteis, também, para esclarecer o conteúdo de documentos escritos em línguas que o leitor desconheça. Desempenham um papel importante nos sistemas de recuperação computadorizados, pois facilitam a identificação de informações pertinentes e proporcionam acesso a itens armazenados. Segundo LANCASTER (1993, p. 9-19), existem outros tipos de resumos como o estruturado, o modular, as leituras concisas, o telegráfico, o miniresumo, que é resultante de um cruzamento entre um resumo e o índice do documento.



### 3.4 BASE DE DADOS

A partir da definição de STAIR (1998, p.13) sobre base de dados, pode-se concluir que é uma coleção organizada de fatos e informações e, sobre clientes, empregados, estoque, dentre outros segmentos.

A base de dados pode ser vista como o equivalente eletrônico de um armário de arquivamento, ou seja, recipiente para uma coleção de arquivos de dados computadorizados. Os usuários da base poderão executar diversas operações sobre tais arquivos, como por exemplo: acrescentar ou inserir dados, buscar informações, alterar dados, eliminar ou remover dados. Para DATE (2000, p. 4) dados e informações são tratados como sinônimos. Todavia, reconhece que alguns autores consideram dados referindo-se ao que está realmente armazenado na base de dados e informação para referenciar o significados desses dados, para determinado usuário.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a elaboração do guia foi a sugerida pelo IBICT, que descreve as etapas para a elaboração de um guia de fontes. O conceito de metodologia pode ser esclarecido por LAVILLE (1999, p. 45) quando diz que o método indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia. Para isso o ser humano desenvolveu o desejo de saber mais e de dispor de conhecimentos sistematicamente confiáveis.

Na etapa de planejamento, definiu-se o critério para a cobertura do guia e os tipos de informação a serem agrupadas, tais como: autoria, título, imprensa, unidade de informação onde está armazenada, descritores, notas e resumo. Por tratar-se de um trabalho de campo, enfrentaram-se dificuldades quanto à busca de publicações. Desse modo, selecionaram-se somente os documentos nacionais impressos, cujo conteúdo fosse especificamente sobre educação para portadores de necessidades auditivas existentes em

bibliotecas universitárias e na Biblioteca Pública do Paraná - BPP, por ser considerada um centro de referência tradicional.

No que se refere à etapa de coleta, selecionou-se os seguintes descritores para recuperação das informações: surdos; deficientes auditivos; educação, educação-surdos. O processo de indexação, para LANCASTER (1993, p.4-6), tem por finalidade construir representações de documentos para possibilitar a sua inclusão em base de dados, ou elaborar índices de documentos primários. Visando representar os conceitos de indexação, tal processo utiliza descritores que, de modo geral dividem-se em:

- a) descritores são os termos eleitos para fins de indexação e recuperação da informação;
- b) não-descritores são os termos que, embora representem os mesmos conceitos que os descritores, não são autorizados para uso na indexação e recuperação, evitando-se a proliferação de sinônimos que dificultam a recuperação da informação;
- c) modificadores são os termos de sentido amplo que não são utilizados isoladamente na indexação e recuperação da informação. São combinados com descritores para esclarecer ou limitar o seu significado;
- d) qualificadores são os termos utilizados junto aos descritores para esclarecer ou limitar seu significado, diferenciando descritores homônimos.

O nível de indexação varia de acordo com as necessidades e as possibilidades da unidade de informação que influencia na descrição dos assuntos tratados. Sua exaustividade, que se refere ao número de conceitos representados pelos termos atribuídos ao documento pelo indexador, determina a quantidade de números de pontos de acesso com alta revocação e baixa precisão. Quanto a sua especificidade refere ao grau de precisão com que um termo define um determinado conceito no documento, o que depende do tipo de usuário e o nível de especificidade sendo assim alta precisão e baixa revocação.

O levantamento foi feito junto às bibliotecas, que seguem: Universidade Federal

do Paraná - UFPR, Uniandrade, Centro Universitário Positivo - Unicenp, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-Pr, todas contendo o curso de graduação em Pedagogia. Além das bibliotecas universitárias, realizou-se um levantamento junto a Biblioteca Pública do Paraná e nas seguintes livrarias: Livrarias Curitiba (ao todo foram quatro de suas filiais), Ghignone, Siciliano (duas lojas), Livraria do Eleotério, Livraria Alexandria e Livraria do Chaim. Essas livrarias foram escolhidas por se tratarem das maiores da cidade, mais conhecidas e por sua localidade.

Quanto ao tratamento da informação, foi utilizado o *Thesaurus Brasileiro da Educação – BRASED*, para a atribuição dos termos controlados visando a recuperação dos documentos inclusos na base de dados. O thesaurus é uma linguagem documentária que tem a função de indexar e recuperar informações, como uma espécie de lista normativa. São baseados nas relações conceituais entre os termos além das relações de sinonímia com palavras da linguagem natural. Ao contrário de um dicionário, que oferece definições de palavras ou termos de acordo com seu significado, um thesaurus fornece palavras ou termos capazes de expressar significados através das relações entre os termos. O número de termos de um thesaurus pode variar entre algumas centenas e 20 mil termos. Por apresentarem significados únicos e não ambíguos eliminam os caso de polissemia e do controle das sinonímias.

Um thesaurus, geralmente, é especializado, como no caso do BRASED, que em 1989, foi apresentado à comunidade em sua primeira versão em dois volumes: o primeiro contendo a metodologia de elaboração e uso, além da lista estruturada de descritores; no segundo constando índice alfabético-rotado. Em 1995, com a necessidade de aperfeiçoar a linguagem documentária e introduzi-la na base de dados, o BRASED sofreu uma revisão que resultou na sua segunda versão.

O BRASED foi elaborado, especificamente, para o processamento das informações educacionais brasileiras. Tem por finalidade auxiliar os serviços de documentação institucionais, pelos centros de análise e indexação e pelos produtores de

banco de dados documentais na área de educação.

Para que esses dados tenham significados para os usuários do guia em questão, definir o arranjo lógico, que compreende a representação dos materiais por meio de sua descrição, por meio da qual são definidos os campos para compor a base de dados. Neste processo, a normalização e padronização são fatores indispensáveis para garantir a qualidade e confiabilidade do sistema. Neste caso a base de dados já existe, necessitando apenas de ajustes para adequar os dados corretamente.

Os campos que serão utilizados, especificamente, para o cadastro das publicações no sistema, são:

- a) autoria;
- b) título;
- c) imprensa;
- d) colação;
- e) descritores;
- f) resumo; e
- g) notas.

A planilha para preenchimento dos campos estão relacionadas no apêndice 4.

O software escolhido para a ambientação da base de dados foi o MICRO-ISIS ou CDS/ISIS for Windows, desenvolvido pela UNESCO que é um sistema universal de armazenamento e recuperação de informação. Sendo que o principal motivo de sua escolha foi a versatilidade e facilidade na implementação de formatos para relatórios e modificação de pontos de acesso, quando necessário. O IBICT é o distribuidor nacional do CDS/ISIS habilitado pela UNESCO. No Brasil, a BIREME também é provedora para a área de Ciência da Saúde.

KRAEMER (2000, p. 5) relata que o MICRO-ISIS é a versão para microcomputadores do sistema CDS/ISIS que, inicialmente, foi desenvolvido para utilização em ambiente DOS. Porém, desde 1995, está disponível também na versão para

ambiente Windows, sendo possível definir a estrutura das bases no próprio ambiente Windows, facilitando o trabalho de programação e permitindo a adequação à necessidade de cada unidade de informação. Com esse sistema é possível incluir novos registros, modificar, corrigir e retirar os registros existentes, construir e manter a estrutura da base, mostrar os registros na tela com formato desejado, gerar índices, catálogos, etc., importar e exportar dados.

Quanto a base de dados específica e formato WINISIS (APÊNDICE 3), pode-se incluir dados como autoria, título, imprensa, resumo e a qual acervo pertence (APÊNDICE 2 e ANEXO 2). Além de permitir a impressão de índices e relatórios na ordem de qualquer campo.

A princípio, os campos que serviram de pontos de acesso na busca foram: autor, título e assunto. Quanto aos formatos de apresentação, dividiu-se em três categorias pré-estabelecidas: formato para consulta, para conferência/digitação e para apresentação de busca.

Os relatórios para consulta podem variar dependendo do tipo de informação solicitada (monografias de determinado autor ou assunto, etc.). Entretanto, os dados que necessariamente vão constar deste relatório foram: autor, título, local, data e editora podendo ser acrescidos de outras informações relevantes ao tipo de pesquisa. Estes dados podem ser apresentados no formato de referência ou em linha, conforme a preferência do solicitante.

Já nos relatórios para conferência de digitação, devem constar todos os dados inseridos na base em linhas, com a etiqueta do campo seguida da informação contida nele. Os campos em branco devem constar do relatório.

O formato escolhido para apresentação de busca é a referência (adaptada ao perfil do usuário). Para garantir a qualidade do sistema e evitar desperdício de tempo, foram necessários alguns cuidados especiais no momento da inserção dos dados. Os principais critérios foram:

- a) não acentuar as palavras (¨ ^ ~ ´ `);
- b) não utilizar os sinais gráficos ( % # \* & ç), porém o sinal de porcentagem (%) só deve ser utilizado em campos repetitivos;
- c) não deixar espaços em branco no final ou no início da linha; e
- d) não colocar ponto final (título, autor, produtor,etc.).
- e) a não observação desses critérios poderia ocasionar problemas na recuperação dos dados, bem como na manutenção da base, chegando até mesmo a ocorrer perda total dos registros cadastrados.

Para facilitar a digitação dos dados incluídos na base e garantir o preenchimento correto dos campos, elaborou-se uma planilha para entrada de dados (APÊNDICE 4). Por meio do preenchimento desta planilha o trabalho de inserção dos dados foi simples, além de fornecer subsídios para conferência da digitação.

## 5 CONCLUSÃO

Os guias, em geral, são valiosos instrumentos para os sistemas de informação. Este, em particular considera-se de significativa relevância pois além de facilitar o andamento de inúmeras atividades de pesquisadores, contribui para formar uma imagem da produção bibliográfica na área de educação para portadores de deficiência auditiva. Ao decorrer do desenvolvimento do trabalho, constatou-se a necessidade de incorporar ao guia as instituições voltadas para a aprendizagem e educação de portadores de deficiência auditiva, com seus respectivos nomes, endereços e programas oferecidos (APÊNDICE 1), bem como a legislação vigente (ANEXO 1). Assim, o presente trabalho torna disponível uma experiência de elaboração de guia de fontes, auxiliando a produção científica e acadêmica.

A partir da etapa de coleta, pode-se perceber a ausência, nas bibliotecas universitárias, de uma publicação importantíssima na área em questão, o *Dicionário*

*Enciclopédico ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira*, encontrado apenas em duas livrarias visitadas. Compilado por um professor da Universidade de São Paulo - USP, Fernando Capovilla, a obra é trilingüe, traduzindo em textos e imagens o complexo sistema de comunicação, por sinais que existe desde o Império. Comporta 9.500 verbetes e 40 mil ilustrações em 1.450 páginas, cobrindo assim, uma lacuna que afeta a educação e o direito à comunicação plena de 200 mil brasileiros e outras milhares de pessoas que convivem diariamente com essa população (CAPOVILLA, 2001, 1435p.).

O maior obstáculo para o portador de deficiência auditiva, atualmente, é a falta de um vocabulário de sinais consensual para sua educação. O Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2002, f .1) estima que existem quase 50 mil pessoas com deficiência auditiva, matriculadas em escolas. Depois dos doentes mentais, os deficientes auditivos são o segundo grupo mais numerosos que busca o aprendizado. Mas o censo do MEC mostra, ainda, que eles encontram dificuldades para avançar nos estudos: 67% dos estudantes portadores de necessidades auditivas estão matriculados no ensino fundamental e, apenas 2% conseguiram chegar ao nível médio.

Quanto à elaboração do guia bibliográfico pode-se concluir que 90% dos autores não possui mais de uma publicação sobre o tema, grande parte das obras encontradas pertencem ao acervo da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-Pr. No produto que se elaborou não prevalece a quantidade, mas sim a qualidade das obras. Então, podemos analisar que a produção é em sua maioria, representada por documentos publicados entre 1999 e 2002. Lembra-se que nesse período foi compilado o dicionário para portadores de deficiência auditiva e que nos anos anteriores, mínimas foram as publicações sobre o tema, o que nos leva a perceber o crescimento do interesse e da pesquisa na área de educação para portadores de necessidades auditivas.

Quanto as recomendações sugere-se a continuidade deste trabalho que se daria na sua complementação, ou seja, na inclusão dos demais documentos que apresentam partes de capítulos referentes ao tema em questão. Além disso, a incorporação de todas as fontes

de informação sobre deficiência auditiva como: eventos, periódicos, bases de dados, *sites* e software. Lembrando que a única biblioteca que contém a coleção de periódicos da área, a Revista Espaço do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, é a Universidade Federal do Paraná.

## 6 GLOSSÁRIO

**Aparelho auditivo:** desenvolvido para melhorar o desempenho auditivo, minimizando problemas de audição por meio de amplificação do som. (CAPOVILLA, 2001, p.209)

**Audiometria:** exame audiológico para mensuração da acuidade auditiva por meio da apresentação de sons com intensidade de altura variada. (CAPOVILLA, 2001, p.245).

**Bilingüismo:** filosofia educacional para surdos que propõe o ensino primeiramente da linguagem de sinais da comunidade em que vive o surdo e, em seguida, da leitura e da escrita alfabética da língua falada do país em que vive o surdo. (CAPOVILLA, 2001, p.293).

**Comunicação Total:** ato, efeito ou meio de comunicar-se (os surdos ou com os surdos) por meio de vários sistemas de comunicação, simultaneamente. Filosofia educacional para a educação de surdos que faz uso de vários sistemas de comunicação simultaneamente. (CAPOVILLA, 2001, p.440).

**Fonodialogia:** ciência e profissão que se dedica a análise, ao diagnóstico e ao tratamento de distúrbios de comunicação e linguagem de problemas de natureza articulatória bem como de perda auditiva. (CAPOVILLA, 2001, p.682).

**Gallaudet:** Universidade localizada na cidade de Washington DC. Foi fundada em 1864 e permanece como única universidade especializada em surdos no mundo, na qual a ASL (língua de sinais americana) é a língua oficial entre os estudantes, funcionários, professores e durante as aulas. Possui 232 professores e mais de 1000 funcionários, sendo



que um treco é surdo ou deficiente auditivo. Aceita alguns alunos ouvintes e possui vários programas de pesquisa sobre surdez. (CAPOVILLA, 2001, p.700).

**Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES:** Instituto fundado por D. Pedro II em 1856, localizado na cidade do Rio de Janeiro, seno a primeira escola brasileira para surdos e considerada um dos berços da LIBRAS. (CAPOVILLA, 2001, p.760).

**Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS:** língua autônoma, independente da língua falada, que tem mecanismos próprios de natureza espacial para relacionar a forma ao significado, utilizada no Brasil. (CAPOVILLA, 2001, p.820).

**Oralismo:** filosofia educacional para surdos, que na sua forma mais pura, propõe o ensino somente da técnica oralista, como leitura labial, vocalização e aproveitamento dos resíduos auditivos, visando ao desenvolvimento da linguagem oral. (CAPOVILLA, 2001, p.982).

**Surdez:** perda auditiva profunda (isto é, com limiar auditivo igual ou superior a 85 – dB), ou pelo menos severa a profunda (isto é, igual ou maior que 70 dB), em que mesmo com o uso de aparelhos auditivos de amplificação, a pessoa não consegue compreender a fala no nível usual da conversação. (CAPOVILLA, 2001, p.1221).

**Surdez adquirida:** perda profunda, ou pelo menos de severa a profunda, que ocorre em qualquer momento depois do nascimento (diferente da congênita) e que pode ser pré-lingüística (quando ocorre antes da aquisição da linguagem falada) ou pós-lingüística (quando ocorre depois daquela aquisição). (CAPOVILLA, 2001, p.1221).

**Surdez congênita:** perda auditiva profunda ou pelo menos severa a profunda, que se manifesta já no nascimento. (CAPOVILLA, 2001, p.1222).

**Surdo:** que está privado, no todo ou em maior parte, do sentido da audição. Que não ouve. Portador de deficiência severa ou profunda. (CAPOVILLA, 2001, p.1223).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: resumos. Rio de Janeiro, 1990. 3 f.

BOERES, S. **Entrevista**. (mensagem pessoal). Mensagem recebida por: <michelletrindade@hotmail.com> em 4 fev. 2002.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 116 p.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://mec.gov.br>> Acesso em: 13 mar. 2002.

BRASIL. Senado Federal. **LDB**: lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 48 p.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 331 p.

CALDEIRA, P. de T. **Guia de literatura**. In: \_\_\_\_\_. Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 319 p.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 2 v.

CICCONE, M. M. C. et.al. **Comunicação total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990. 132 p.

CORRÊA, J. M. **Surdez e os fatores que compõem o método áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva**. São Paulo: Atheneu, 2001. 185p.

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de banco de dados**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 803p.

GALLAUDET UNIVERSITY. **Gallaudet history**. Disponível em: <http://gallaudet.edu>. Acesso em: 13 mar. 2002.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2.ed. Brasília: IBICT, 1994. 540 p.

KRAEMER, L. L. B. **Manual do curso básico de Winisis**. Curitiba, 2000. 37 p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993. 347 p.

LAVILLE, C. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 337 p.

LOBO, M. de F. D.; BARCELLOS, S de O. Guias de fontes de informação: metodologia para geração e automação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p.75-81, 1992.

MARCANTONIO, A. T. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.

PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998. 277 p.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. 89 p.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 126 p.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil.** São Paulo: EDUSO, 1999. 125p.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação:** uma abordagem gerencial. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 135 p.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

- BARANHUK, L. M. **Guia de fontes de informaçãoe cartografia**. Curitiba, 1997. 90 f.
- BERNINI, Sônia. **Guia de obras sobre metodologia científica publicadas no Brasil entre 1990 e janeiro de 1999**. Curitiba, 1999. 97 f.
- BIANCO, R. A. **Guia de periódicos brasileiros da área de educação**. Curitiba, 1999. 97 f.
- CAMARGO, G. A. de. **Catálogo coletivo de dicionários jurídicos das bibliotecas jurídicas de Curitiba**. Curitiba, 1999. 60 f.
- BUFREM, L. S.; KRAEMER, L. L. B. (Coord). **Catálogo coletivo de obras de referência em educação**. Curitiba: UFPR, 1995. 122 p.
- COTRIM, G. **Fundamentos da educação**: história e filosofia da educação. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1979. 336 p.
- DENES, R. **O tesouro jurídico do Conselho de Justiça Federal**: contribuição metodológica para sua contribuição. Curitiba, 1998. 49 f.
- HARMATIUK, C. **Atualização do guia de obras sobre metodologia científica publicada no Brasil em 1990 a setembro de 2000**. Curitiba, 2000. 30 f.
- LAUDON, K.C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação**: com internet. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 389 p.
- LOPES, M. A. R. **Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da educação**: lei 9.394, de 20.12.1996: jurisprudência sobre educação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p.70-72
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 144 p.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 272p.

## **APÊNDICE 1 - RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES AUDITIVAS NA REGIÃO DE CURITIBA EM 2002**

### **Escola de Educação Especial Epheta**

R: Bento Viana, 765 Água Verde

Fone: 244-4660

Atendimento: faixa etária de zero a vinte anos

Programas ofertados: avaliação diagnóstica, estimulação essencial, reabilitação a nível escolar, maternal, jardim e pré-escola, psicomotricidade de 0 a 7 anos, escolaridade de primeira a quarta série, triagem.

### **Escola de Educação Especial Apás**

R: Simão Bolívar, 1398 Hugo Lange

Fone: 262-5065

Atendimento: a partir de nove anos

Programas ofertados: escolaridade, profissionalização, reabilitação da fala, socialização.

### **Escola de Educação Especial Central**

R: José Veríssimo, 220 Tarumã

Fone: 267-2686

Atendimento: deficientes auditivos e visuais

Programas ofertados: estimulação e pré-profissionalismo para deficientes auditivo e surdo-cegueira.

### **Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior**

R: Professor Vital Brasil. 447 Vila Izabel

Fone: 345-9844

Atendimento: de 18 meses a 18 anos

Programas ofertados: escolarização, reabilitação da fala e treinamento auditivo.

### **Movimento Familiar A Voz do Silêncio**

R: Vicente Machado, 160 8º andar cj 84 Centro

Fone: 324-1902

Programas ofertados: assessoramento familiar, cursos, psicoterapia, fonoaudiologia, encontro de reflexão, cursos profissionalizantes.

### **Centro Municipal de Atendimento Especializado Arlete Procotte**

R: Guilherme Henfeldt, 51 Vila Tingüi

Fone: 356-5830

Atendimento: deficientes auditivo e outras deficiências a partir de zero anos.

Programas ofertados: avaliação diagnóstica psicoeducacional, e atendimento terapêutico especializado.

### **Centro Municipal de Atendimento Especializado Dr. Francisco Antônio Marçalho.**

R: Wilson Racheux Pereira, 183 Fundos Vila Hauer

Fone: 278-4500

Atendimento: deficientes auditivos e outras deficiências.

Programas ofertados: psicologia, pedagogia terapêutica, fisioterapia, fonoaudiologia, avaliação diagnóstica psicoeducacional.

### **Centro Municipal de Atendimento Especializado Maria do Carmo Pacheco.**

R: Do Rosário, 144, 7º andar, Centro

Fone: 225-1541

Atendimento: deficientes auditivos e outras deficiências.

Programas ofertados: atendimento terapêutico, psicologia, pedagogia terapêutica, fisioterapia, fonoaudiologia, avaliação diagnóstica psicoeducacional.

**Centro de Reabilitação Sidney Antônio – CRESA**

R: Jacinto Antunes da Silva, 650 Água Verde

Fone: 332-7571

Atendimento: deficientes auditivos e outras deficiências, bem como deficiências múltiplas de zero a vinte e cinco anos.

Programas ofertados: atendimento terapêutico, psicologia, pedagogia terapêutica, fisioterapia, fonoaudiologia, avaliação diagnóstica psicoeducacional.

## **APÊNDICE 2 – PADRÃO PARA ENTRADA DE DADOS NA BASE OBRAS**

As orientações para entrada dos dados no sistema são descritas na sequência.

### **1 TIPO**

Entre com o tipo de material, utilizando a sigla **M**, monografia.

### **2 AUTORIA**

Entre com o sobrenome do autor (em caixa alta), seguido do (s) prenome (s) (em caixa baixa), e de data, quando disponível. Em caso de dúvidas, consultar as Orientações para entrada de nomes (ANEXO 1).

**Ex.: 1 RODRIGUES, Silvio**

**Ex.: 2 PEREIRA, Caio Mario da Silva**

\* Se o sobrenome for constituído de duas ou mais palavras formando um expressão, ou contiver elementos tais como Santo, São, etc., fazer a entrada pela primeira parte do sobrenome.

**Exemplos:**

**MONTE VERDE, José de**

**ESPÍRITO SANTO, Maria do**

Para outros casos, não descritos aqui, consultar a NBR 10523.

**b) Nomes de origem estrangeira:** seguem as regras da língua de origem.

\* Regra geral, são inseridos em ordem invertida (Último sobrenome, Prenomes e demais sobrenomes).



**Exemplos:****MCGRAW, Eloise Jarvis****KRAEMER, Ligia Leindorf Bartz**

\* Quando compostos (ligados por hífen), não separá-los:

**SAINT-EXUPÉRY, Antoine de**

\* Exemplos de nomes de origem estrangeira são:

- ✓ **nomes espanhóis:** dar entrada pelo penúltimo sobrenome (quando houver), que corresponde ao sobrenome de família do pai.

**Exemplos:****ARCO Y MOLINERO, Angel del****RIOS, Antonio de los**

**Obs.:** se o sobrenome for precedido apenas de um artigo, a entrada será pelo artigo; em todos os outros casos, dar entrada pelo último sobrenome:

**LAS HERAS, Manuel Antonio****CASAS, Bartolomé de las**

- ✓ **Nomes italianos:** dar entrada pelo último sobrenome:

**Exemplo:****ECO, Umberto**

**Obs.1:** se o sobrenome for precedido de um artigo, uma preposição ou uma combinação de ambos, entrar por este elemento:

**DA PONTE, Lorenzo**

**Obs.2:** é comum em nomes antigos e medievais italianos, o sobrenome ser

precedido dos prefixos de, de', degli, dei e de li (escritos geralmente com letras minúsculas), porém nestes casos o prefixo não faz parte do sobrenome e, portanto, não considerá-los como entrada:

**ALBERTI, Antonio Degli**

**ANCHIERA, Pietro Martire D'**

- ✓ **Nomes alemães:** dar entrada pelo último sobrenome.

**Exemplo:**

**MÜLLER, Johannes**

**Obs.1:** se o sobrenome for precedido somente por um artigo ou por uma contração de um artigo com uma preposição (alguns casos são: Aus'm (aus+dem), Vom (von+dem), Zum (zu+dem), Zur (zu+der)), dar entrada por este prefixo:

**ZUR LINDE, Otto**

**Obs.2:** se o sobrenome for precedido somente por uma preposição ou por uma preposição seguida de artigo, dar entrada pelo sobrenome que o segue:

**GOETHE, Johann Wolfgang Von**

**MÜHLL, Peter Von Der**

- ✓ **Nomes ingleses:** dar entrada pelo último sobrenome, ignorando-se as formas Junior (Jr) e Senior (Sr.).

**Exemplo:**

**GREENE, Graham**

**Obs.1:** se o sobrenome for precedido de artigo ou preposição, dar entrada por

este elemento:

**LE CARRÉ, John**

**DOS PASSOS, John**

- ✓ **Nomes franceses:** dar entrada pelo último sobrenome.

**Exemplo:**

**BEAUVOIR, Simone de**

**Obs.1:** se o sobrenome for precedido de um artigo ou um artigo contraído com uma preposição, dar entrada por este elemento:

**LA FONTAINE, Jean de**

**DU MÉRIL, Edélestand Pontas**

- ✓ **Nomes chineses:** são registrados como se apresentam, pois o primeiro nome é o sobrenome.

**Exemplos:**

**LI YUTANG**

**MAO TSE-TUNG**

**AL BEM-HUR**

## **2.1 NOMES DE ENTIDADES**

A regra geral para dar entrada de nomes de entidades em sistemas de informação é transcrevê-las tal como se apresentam no documento, ou como for melhor identificada. Porém, em alguns casos, recomenda-se observar as seguintes diretrizes:

- a) entidades públicas vinculadas diretamente ao governo municipal, estadual ou federal:**

Sempre que puder haver a mesma denominação para entidades localizadas em lugares distintos, antepor o nome da jurisdição geográfica.

**Exemplos:**

**BRASIL. Ministério da Agricultura**

**ESTADOS UNIDOS. Ministry of Agriculture**

**PARANÁ. Secretaria da Comunicação Social**

**CURITIBA. Secretaria da Comunicação Social**

**b) entidades subordinadas:**

Dar entrada subordinada à departamentos, divisões, setores, etc., quando fizerem parte de uma entidade.

**Exemplo:**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pro-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Departamento de Assuntos Acadêmicos**

**c) entidades cuja designação geográfica de atuação (nacional, estadual, municipal) fizer parte do nome:**

Acrescentar a jurisdição geográfica, entre parênteses, após o nome.

**Exemplos:**

**PARQUE MUNICIPAL DA BARREIRINHA (CURITIBA)**

**CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (PR)**

**d) siglas:**

Preferencialmente, usar siglas quando consagradas e de entidades de âmbito internacional ou nacional. Caso a sigla seja pronunciável como palavra, usar apenas a primeira letra em caixa alta.

**Exemplos:**

**IBGE**

**INMETRO**

**UNESCO**

**UNICEF**

**SENAC**

**SESC**

**e) entidades que iniciam por artigo:**

Colocá-los, após o nome.

**Exemplo:**

**ILHA VERDE HOTEL POUSADA, A**

### **3 TÍTULO**

Entre somente com a primeira letra do título em caixa alta, salvo exceções, quando se deve consultar Uso de iniciais maiúsculas. O subtítulo deve ser representado todo em letras minúsculas, separado do título por dois pontos (:).

**Ex.: Educação de surdos: a aquisição da linguagem**

### **4 IMPRENTA**

Entre com o nome da cidade onde foi impressa a monografia. Após a indicação da cidade representar a editora e o ano de produção da monografia, formado por quatro dígitos, em números arábicos, separado da cidade por vírgula (,). Quando não for possível identificar o ano correto, registrar a data aproximada, entre colchetes. Utilize [xxxx?] para data provável; [ca. xxxx] (cerca de) para data aproximada; [xxx-] para década certa; [xx--] para século certo; [xx--?] para século provável.

**Ex.: 1 Curitiba: JM, 1990**

**Ex.: 2 Curitiba: Juruá, [1991?]**

## **5 COLAÇÃO**

Represente a paginação da monografia. Entre com o número de páginas seguido por **p.**, sem deixar espaço entre eles.

**Ex.: 115p.**

## **6 ASSUNTO**

Indicar os assuntos, usando caixa alta, separados por sinal de porcentagem, sem deixar espaço entre assunto e separador.

**Ex.: EDUCACAO ESPECIAL%SISTEMA EDUCACAIONAL**

## **7 RESUMO**

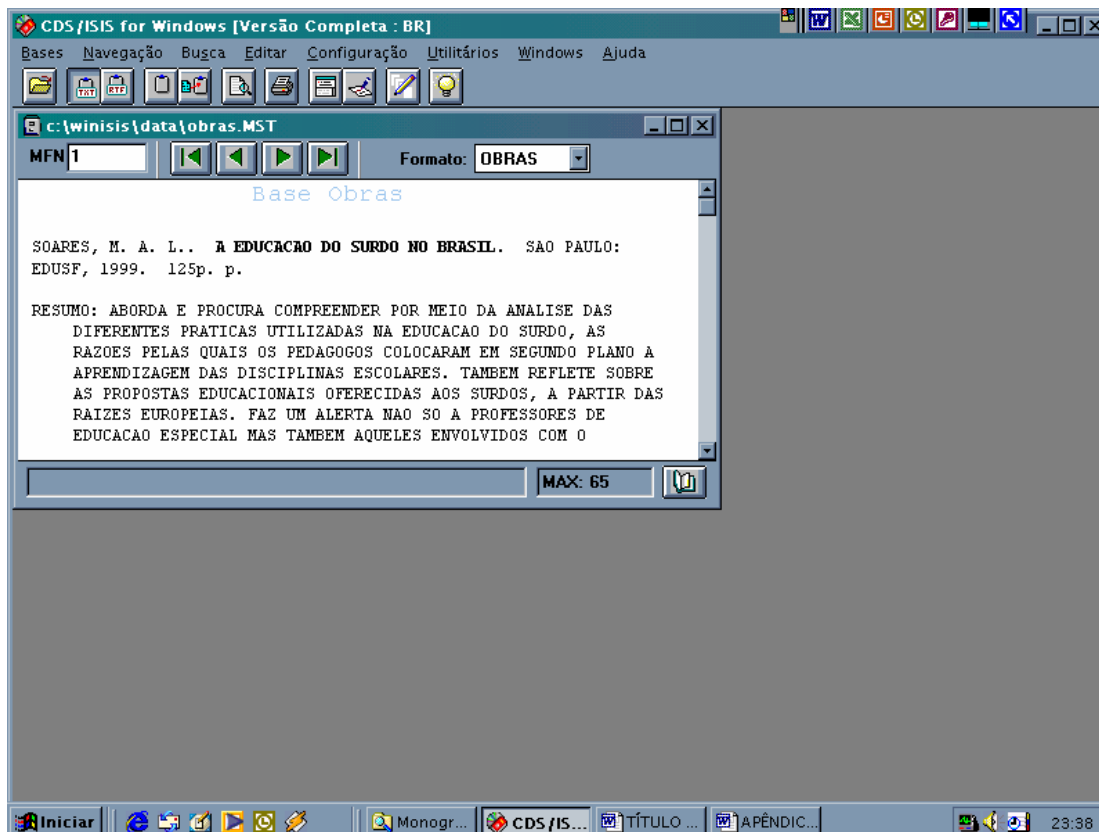
Indicar também a localidade da publicação. Para os resumos não deixar parágrafos.

## **8 NOTAS**

Indica-se se houver necessidade.

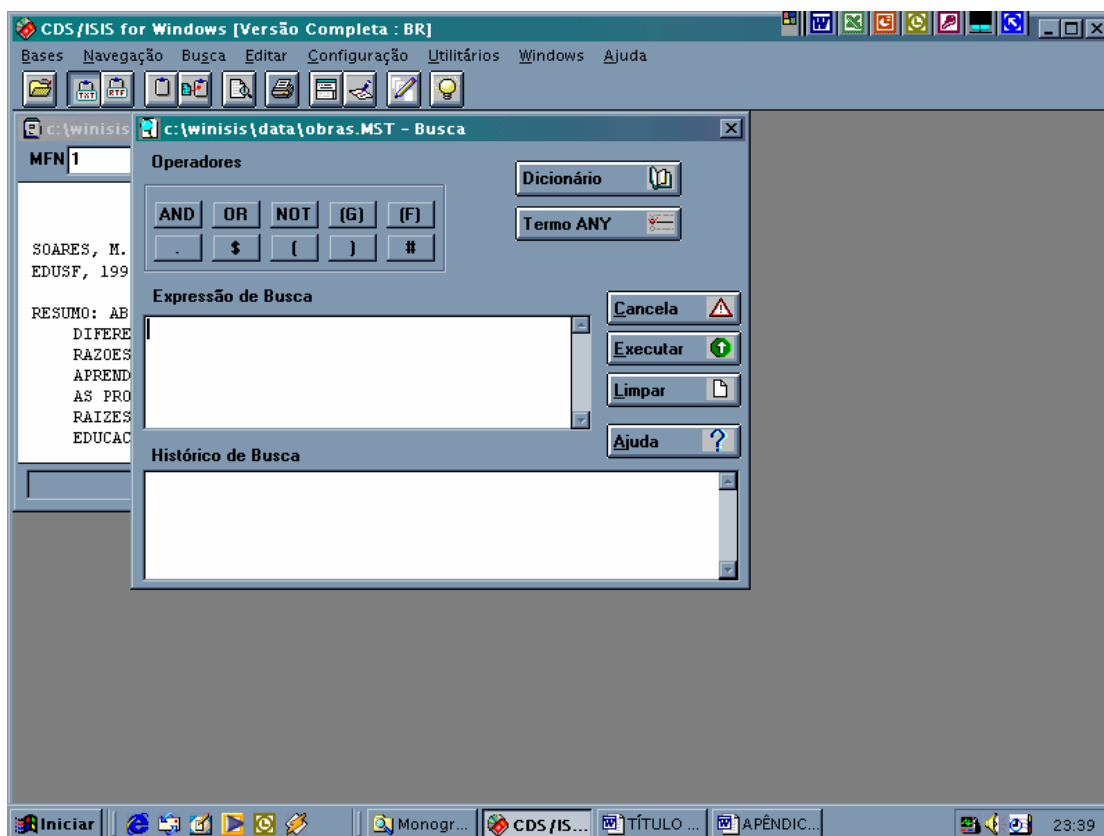
## APÊNDICE 3 – PESQUISA NA BASE DE DADOS OBRAS

FIGURA 1- ABRINDO A BASE DE DADOS



Para abrir a base de dados OBRAS clica-se em base e seleciona a base obras.

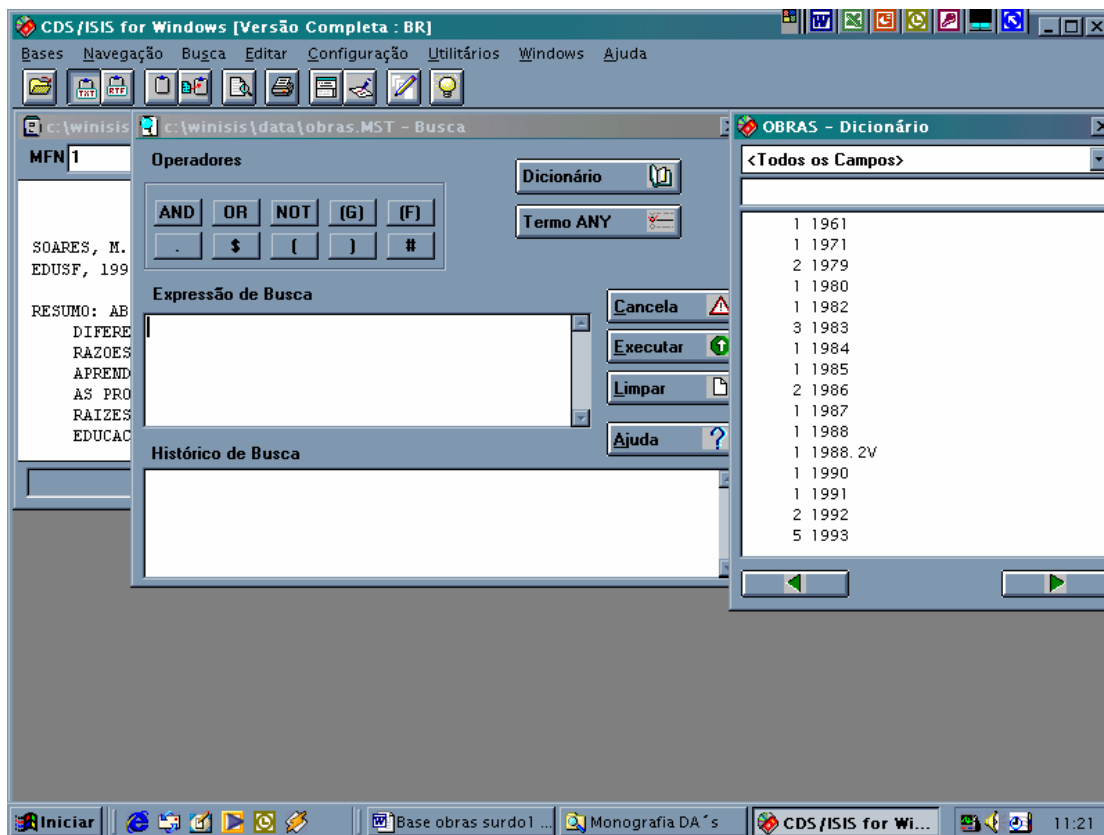
FIGURA 2- INICIANDO A BUSCA



Após a abertura da base OBRAS clica-se no ícone de pesquisa - busca (parecido com o ícone do Microsoft Word de visualização), onde se encontram os operadores para início da pesquisa.

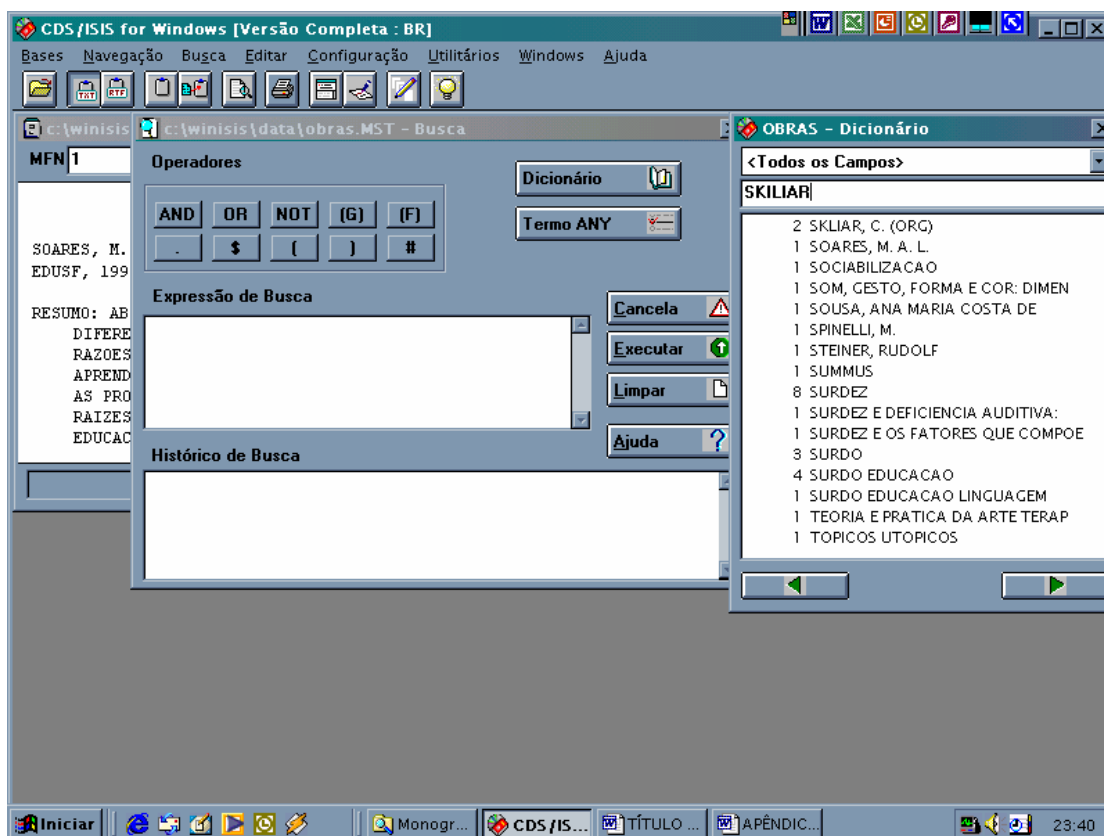


FIGURA 3- PROCESSO DE BUSCA



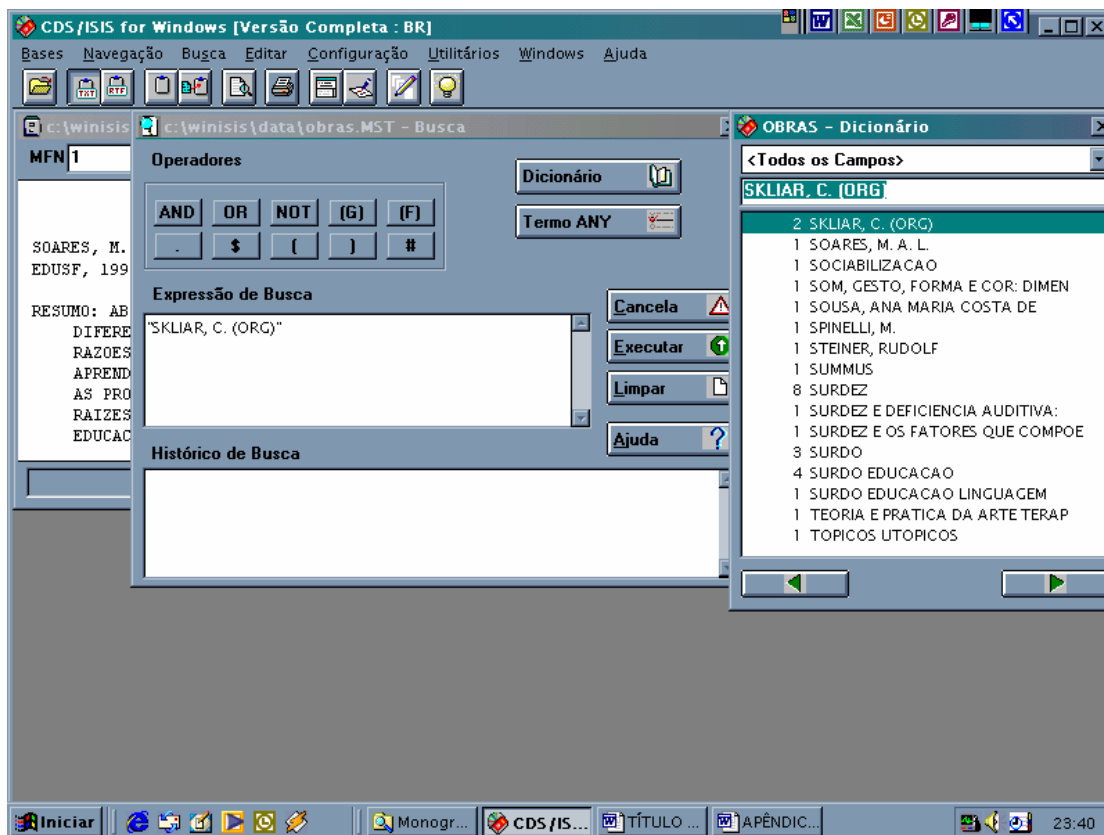
Uma das possibilidades de pesquisa na base obras é o operador DICIONÁRIO.

FIGURA 4- DIGITAÇÃO DO TERMO



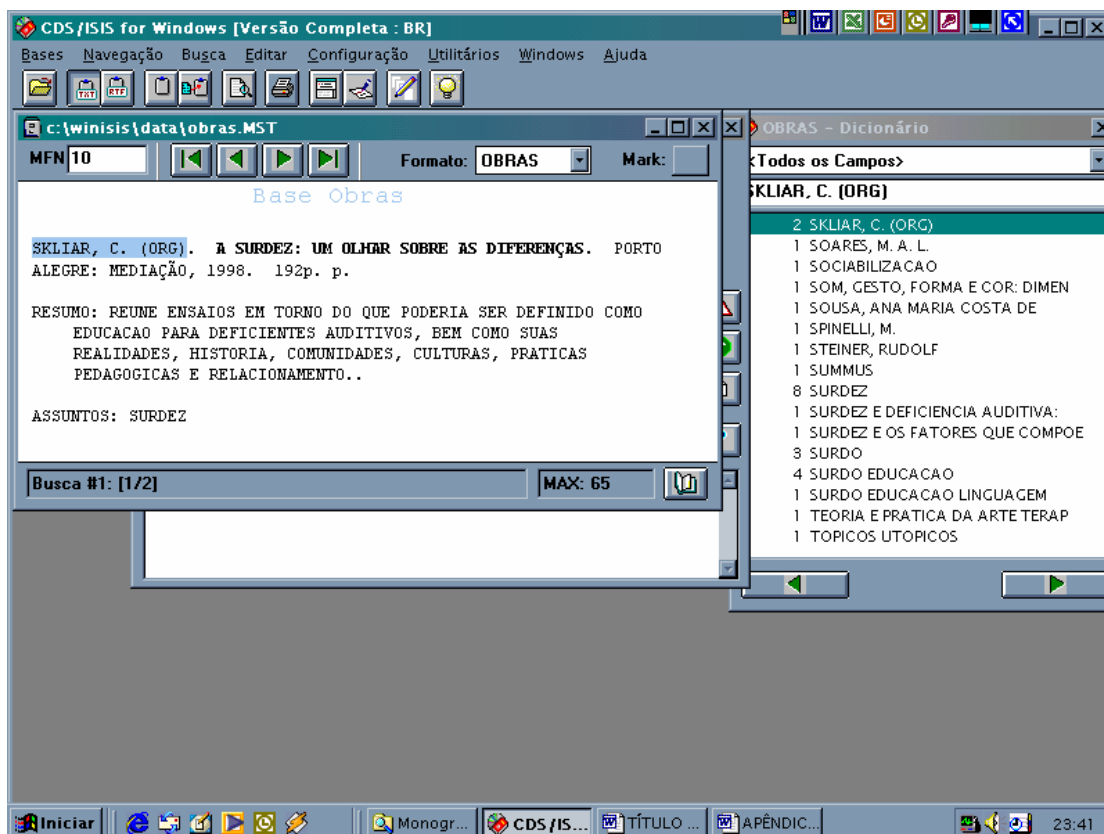
Digita-se o termo desejado.

FIGURA 5- ESCOLHA DO ASSUNTO



Clica-se duas vezes sobre o termo desejado, e esse aparecer na EXPRESSÃO DE BUSCA.

FIGURA 6- RESULTADO DA BUSCA



Ao aparecer o termo na EXPRESSÃO DE BUSCA clica-se em EXECUTAR e o resultado da busca será dado.

**APÊNDICE 4 – PLANILHA PARA ENTRADA DE DADOS NA BASE OBRAS**

Tipo: \_\_\_\_\_

Autoria: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Título: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Imprensa: \_\_\_\_\_

Colaço: \_\_\_\_\_

Assuntos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Resumo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Notas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_